

MULHERES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS DE PODER: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TRAJETÓRIA AO CONGRESSO NACIONAL (1986-2022)



<https://doi.org/10.22533/at.ed.3051125210113>

Data de aceite: 11/02/2025

Mary Jones Rocha da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás - UEG; Especialista em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes e Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Inclusiva. Mestranda do curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista da Capes

RESUMO: Este artigo analisa a trajetória das mulheres indígenas nos espaços de poder, desde suas organizações comunitárias até sua representação no Congresso Nacional, entre 1986 e 2023. O protagonismo crescente dessas mulheres reflete um processo de resistência e reivindicação por direitos, reconhecimento e valorização das culturas indígenas. A partir da redemocratização do Brasil e da conquista de direitos civis e políticos para os povos indígenas, observa-se uma organização e mobilização dessas mulheres, que conquistaram espaços políticos significativos, culminando com a presença de algumas no Congresso Nacional. A análise parte das organizações comunitárias indígenas, que têm sido

fundamentais na construção da identidade política das mulheres e na luta por seus direitos, sobretudo no enfrentamento de uma visão colonialista que historicamente marginalizou os povos indígenas e, mais especificamente, as mulheres. O referencial teórico se baseia nas obras de Arantes (2020), Castillo (2017), Sánchez (2017) e Segatto (2002), que discutem o protagonismo político das mulheres indígenas, suas lutas e os desafios enfrentados. Este estudo busca compreender como as mulheres indígenas têm influenciado políticas públicas, contribuindo para um Brasil mais inclusivo e plural. A pesquisa oferece uma análise crítica sobre os avanços, desafios e perspectivas futuras para as mulheres indígenas no cenário político brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Indígenas, Espaços de Poder, Representatividade.

INDIGENOUS WOMEN IN SPACES OF POWER: A CRITICAL ANALYSIS OF THEIR JOURNEY TO THE NATIONAL CONGRESS (1986-2022)

ABSTRACT: This article analyzes the trajectory of Indigenous women in positions of power, from their community organizations to their representation in the National Congress, between 1986 and 2023. The increasing prominence of these women reflects a process of resistance and advocacy for rights, recognition, and the appreciation of Indigenous cultures. Since the redemocratization of Brazil and the acquisition of civil and political rights for Indigenous peoples, there has been an organization and mobilization of these women, who have gained significant political spaces, culminating in the presence of some in the National Congress.. The analysis starts with Indigenous community organizations, which have been essential in building the political identity of women and in the fight for their rights, especially in confronting a colonialist view that has historically marginalized Indigenous peoples and, more specifically, women. The theoretical framework is based on the works of Arantes (2020), Castillo (2017), Sánchez (2017), and Segatto (2002), which discuss the political protagonism of Indigenous women, their struggles, and the challenges they face. This study aims to understand how Indigenous women have influenced public policies, contributing to a more inclusive and plural Brazil. The research provides a critical analysis of the advances, challenges, and future prospects for Indigenous women in the Brazilian political landscape.

KEYWORDS: Indigenous women, Spaces of power, representativeness.

MUJERES INDÍGENAS EN ESPACIOS DE PODER: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE SU RECORRIDO AL CONGRESO NACIONAL (1986-2022)

RESUMEN: Este artículo analiza la trayectoria de las mujeres indígenas en los espacios de poder, desde sus organizaciones comunitarias hasta su representación en el Congreso Nacional, entre 1986 y 2023. El protagonismo creciente de estas mujeres refleja un proceso de resistencia y demanda de derechos, reconocimiento y valoración de sus derechos. culturas indígenas. Desde la redemocratización de Brasil y la conquista de los derechos civiles y políticos de los pueblos indígenas, hubo una organización y movilización de estas mujeres, que conquistaron espacios políticos importantes, culminando con la presencia de algunas en el Congreso Nacional. El análisis parte de las organizaciones comunitarias indígenas, que han sido fundamentales en la construcción de la identidad política de las mujeres y en la lucha por sus derechos, especialmente al enfrentar una visión colonialista que ha marginado históricamente a los pueblos indígenas y, más específicamente, a las mujeres. El marco teórico se basa en los trabajos de Arantes (2020), Castillo (2017), Sánchez (2017) y Segatto (2002), que discuten el protagonismo político de las mujeres indígenas, sus luchas y los desafíos que enfrentan. Este estudio busca comprender cómo las mujeres indígenas han influido en las políticas públicas, contribuyendo para un Brasil más inclusivo y plural. La investigación ofrece un análisis crítico de los avances, desafíos y perspectivas futuras de las mujeres indígenas en la escena política brasileña.

PALABRAS-CLAVE: Mujeres indígenas, espacios de poder, representación.

INTRODUÇÃO

O protagonismo das mulheres indígenas nas esferas de poder tem se intensificado nas últimas décadas, marcando um movimento crescente de fortalecimento da voz e da ação política dessas mulheres, tanto em suas comunidades locais quanto no cenário nacional. Sua trajetória, desde as organizações comunitárias até a atuação no Congresso Nacional, reflete um processo de resistência e reivindicação por direitos, reconhecimento e a valorização das culturas e tradições indígenas. O presente artigo visa analisar esse percurso, especialmente no período de 1986 a 2022, destacando a contribuição dessas mulheres para a construção de políticas públicas mais inclusivas e para o enfrentamento de uma visão colonialista que historicamente marginalizou os povos indígenas e, mais especificamente, as mulheres indígenas.

O processo de ascensão das mulheres indígenas no contexto político brasileiro está inserido em um cenário de luta pela autonomia, pelos direitos territoriais e pela descolonização das estruturas sociais e políticas. A história de invisibilidade e subordinação a que foram submetidas essas mulheres é um reflexo da herança colonialista que ainda persiste nas estruturas de poder do país. No entanto, desde os anos 1980, com a redemocratização do Brasil e a conquista de direitos civis e políticos para os povos indígenas, tem se observado um movimento crescente de organização e mobilização dessas mulheres, culminando na presença de algumas delas no Congresso Nacional, um dos espaços de maior poder no país.

Para compreender essa trajetória, é necessário abordar o papel das organizações comunitárias indígenas, que têm sido fundamentais na construção da identidade política dessas mulheres e na luta por seus direitos. Essas organizações, muitas vezes lideradas por mulheres, surgiram como uma resposta à opressão e à marginalização, promovendo uma agenda que buscava a valorização das culturas indígenas e a reivindicação de espaço no processo político nacional. A contribuição dessas organizações e de suas líderes para a conquista de espaços de poder foi fundamental para o fortalecimento de uma agenda indígena mais ampla e para o reconhecimento da luta das mulheres dentro dessa perspectiva.

O referencial teórico adotado neste estudo será fundamentado nas contribuições de autores como Arantes (2020), Castillo (2017), Sánchez (2017) e Segatto (2002), cujas obras oferecem uma visão crítica e aprofundada sobre a atuação política das mulheres indígenas, suas lutas e os desafios enfrentados ao longo da história. Arantes (2020) analisa o impacto das políticas públicas na organização das comunidades indígenas e no fortalecimento da liderança feminina. Castillo (2017) e Sánchez (2017) discutem o protagonismo das mulheres indígenas no campo político e a superação de estereótipos e desafios impostos pelo contexto colonial. Já Segatto (2002) oferece uma visão sobre o papel das mulheres nas comunidades indígenas, enfatizando as questões de gênero e a construção de uma identidade política própria.

Este artigo tem como objetivo, portanto, realizar uma análise bibliográfica sobre o papel das mulheres indígenas na política, examinando sua trajetória desde as organizações comunitárias até o Congresso Nacional. A pesquisa buscará entender como essas mulheres têm influenciado a construção de políticas públicas voltadas para os povos indígenas, como suas lutas e reivindicações têm sido representadas no cenário político nacional e como o fortalecimento de suas vozes pode contribuir para a transformação das relações de poder e para a construção de um Brasil mais inclusivo e plural. Ao longo deste estudo, será possível observar os avanços conquistados, os desafios ainda enfrentados e as perspectivas futuras para as mulheres indígenas no Brasil.

Este estudo se insere, portanto, na discussão sobre a representatividade das mulheres indígenas nos espaços de poder e a importância de sua presença no fortalecimento da democracia e na construção de um país mais justo e equitativo para todos os seus povos. A pesquisa se configura como uma análise crítica das trajetórias das mulheres indígenas e de suas organizações, contribuindo para o entendimento de sua atuação no cenário político e social contemporâneo.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES INDÍGENAS NA REGIÃO AMAZÔNICA

As mulheres indígenas desempenham papéis fundamentais na organização social de seus povos, tanto em suas comunidades quanto em contextos mais amplos. Sua participação política se manifesta por meio de lideranças em esferas locais e no envolvimento em processos de articulação feminina indígena. O que pode ser compreendido como a “participação política das mulheres indígenas” abrange sua atuação em diferentes âmbitos, incluindo o movimento indígena, o associativismo local, as organizações estaduais e regionais, além de mobilizações nacionais e internacionais. Essa atuação é fortalecida por parcerias com representantes de diversas instituições.

Tal engajamento resulta de diversos fatores, como a presença constante das mulheres nas lutas do movimento indígena, sua formação técnica, política e acadêmica, e o incentivo institucional às ações de organizações lideradas por mulheres indígenas. Além disso, os impactos de programas de desenvolvimento nos territórios indígenas e as violações de direitos dos povos indígenas e das mulheres são elementos que motivam e intensificam sua participação.

No contexto da Amazônia Brasileira, a atuação política dessas mulheres é visível em organizações como a Organização de Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM), entre outras. Essas organizações surgiram a partir da década de 1980, enquanto os departamentos de mulheres indígenas, como o da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (DMI-COIAB) e o da

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN-FOIRN), se consolidaram nos anos 2000. Nesse período, a articulação regional se fortaleceu por meio de encontros e atividades promovidos pelo DMI-COIAB, criando um espaço para ações conjuntas entre mulheres indígenas da região.

As integrantes da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM) enfrentam desafios ao se deslocarem para os centros urbanos, onde a cidade se torna um espaço com experiências que, muitas vezes, não atendem às expectativas femininas em relação aos serviços de saúde, educação e moradia. Diante dessas dificuldades, a partir da década de 1990, começam a ser realizadas reuniões entre mulheres, marcando o início de um processo de articulação de mulheres indígenas em Manaus, capital do Amazonas. Nessas reuniões, discutem-se as discriminações vivenciadas no ambiente urbano e as condições de trabalho, que frequentemente não garantem direitos trabalhistas. Esse debate destaca a importância do associativismo e da produção artesanal como alternativas que viabilizam a sustentabilidade e a melhoria das condições de vida das mulheres no contexto urbano.

A AMARN, fundada em 1987, representa mulheres de diversas etnias da região do Rio Negro, localizada no Noroeste da Amazônia. Sendo uma das primeiras organizações indígenas da região, a AMARN tem uma visibilidade diferenciada, especialmente por sua atuação voltada para as mulheres. Seus objetivos incluem promover a produção artesanal, a formação política e profissional das mulheres, denunciar a violência contra elas e incentivar sua participação no movimento indígena. Por sua vez, a AMISM, criada em 1995, representa as mulheres Sateré-Mawé dos territórios do médio Rio Amazonas. Sua atuação abrange a defesa dos direitos indígenas, o enfrentamento da violência contra as mulheres indígenas, o apoio à produção agrícola e artesanal e a capacitação das mulheres sobre seus direitos.

Em 2002, as representantes da AMARN e da AMISM colaboraram na organização do I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, realizado em Manaus, evento que resultou na criação do Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB.

Os departamentos de mulheres indígenas da COIAB e da FOIRN foram estabelecidos em 2002, com suas sedes localizadas em Manaus e São Gabriel da Cachoeira, respectivamente, no estado do Amazonas. O Departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN (DMIRN-FOIRN) representa as associações de mulheres da região do rio Negro, com foco na promoção do protagonismo feminino no movimento indígena, no fortalecimento das organizações locais e na defesa dos direitos das mulheres e suas atividades produtivas. Já o Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB (DMI-COIAB) é a principal instância representativa das mulheres indígenas na Amazônia Brasileira, buscando garantir a participação dessas mulheres nos debates sobre políticas públicas. Seus objetivos incluem o fortalecimento das organizações, a capacitação em temas como saúde, educação, direitos e violência, além de incentivar iniciativas culturais e oferecer suporte em questões relacionadas a documentos e denúncias de violência.



Figura 1- Mulheres Indígenas da COIAB

Fonte: <https://coiab.org.br/1a-formacao-das-mulheres-indigenas-e-diversidade-da-rede-coiab/>

Os encontros organizados pelo DMI-COIAB têm sido fundamentais para fortalecer a articulação entre as mulheres indígenas, servindo como espaços para discutir sua participação política e os problemas que enfrentam tanto nas áreas urbanas quanto nas comunidades indígenas. Embora os departamentos representem uma grande quantidade de organizações, eles enfrentam desafios comuns, especialmente no que se refere à mobilização das mulheres e às interações com as lideranças masculinas.

Um dos principais obstáculos é a dificuldade de reunir mulheres de regiões distantes, com a logística de transporte e comunicação representando desafios significativos para a realização de encontros e para a presença nos espaços de discussão política. Outro desafio é a estrutura hierárquica das organizações, em que os cargos de liderança eram predominantemente ocupados por homens, exigindo negociações para incluir as demandas das mulheres no planejamento das ações. Como resultado, a luta pela representatividade política tornou-se uma prioridade, e somente a partir dos anos 2010 as mulheres começaram a ocupar cargos diretivos importantes. Almerinda Ramos de Lima, da etnia Tariano, foi a primeira mulher a assumir a presidência da FOIRN em 2012, e Francinara Soares Baré, também conhecida como Nara Baré, tornou-se a primeira mulher a dirigir a COIAB na gestão de 2017-2021.

A articulação regional promovida pelos departamentos tem proporcionado novas experiências e aprendizados para as mulheres indígenas, com momentos de conquistas e superação de desafios. Nesse processo, os diálogos com as lideranças masculinas começaram a ser considerados mais frutíferos, como exemplificados pela criação da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) durante a VIII Assembleia Geral da COIAB. A formalização da UMIAB ocorreu no III Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira em 2009, e, no ano seguinte, suas representantes se reuniram em Manaus para avaliar as ações realizadas até então, definir novos objetivos e planejar futuras iniciativas. Durante esse encontro, foram discutidos os obstáculos enfrentados pelas mulheres no processo organizativo, incluindo as dificuldades de moradia no ambiente urbano, a conciliação entre as responsabilidades domésticas e políticas, a mobilização das mulheres e a divulgação do trabalho da instituição nas comunidades indígenas.

Este evento aconteceu nos dias que antecederam a consulta aos povos indígenas da região Norte sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o que permitiu que, pela primeira vez no Brasil, uma consulta fosse realizada exclusivamente com a presença de mulheres indígenas, que avaliaram positivamente a possibilidade de incorporar suas propostas na política.

Os diversos processos de organização mencionados evidenciam que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas tanto nas comunidades tradicionais quanto nos centros urbanos têm incentivado o associativismo como uma solução para os desafios apresentados e uma forma de avançar na defesa de seus direitos. Assim, os efeitos históricos do contato com a sociedade nacional e das políticas de desenvolvimento que afetam os territórios indígenas são fatores que estimulam o associativismo feminino, promovendo a reivindicação de direitos, a consolidação de demandas e a criação de novos canais de comunicação com a sociedade mais ampla.

Na Amazônia Brasileira, as mulheres indígenas têm se organizado com o propósito de fortalecer sua participação política. Essas iniciativas buscam promover os direitos dos povos indígenas e das mulheres, além de oferecer capacitação política e técnica. As organizações também visam ampliar a atuação das mulheres no movimento indígena e assegurar sua representatividade nas instâncias de decisão sobre políticas públicas que impactam os povos indígenas (SACCHI, 2022). Apesar das dificuldades que as mulheres indígenas enfrentam em seus processos organizativos, elas destacam os avanços conquistados, como o fortalecimento do diálogo com as lideranças do movimento indígena e o aumento da participação nos espaços dedicados à discussão e implementação de políticas que as afetam diretamente.

LIDERANÇAS FEMININAS ENTRE OS POVOS INDÍGENAS

A participação política das mulheres indígenas na Amazônia Brasileira é compreendida quando analisada no contexto de sua atuação em diferentes esferas, como nas comunidades, nas organizações intercomunitárias, estaduais e regionais, bem como nos movimentos de mulheres indígenas, tanto a nível nacional quanto internacional. As lideranças femininas atuam em uma diversidade de funções, como mães, profissionais da saúde e educação, acadêmicas e intelectuais, e exercendo cargos de representação política. De acordo com Sánchez Néstor (2012, 2017).

A participação das mulheres nas lutas dos povos indígenas remonta a muito tempo, como demonstram relatos de líderes e diversas análises (Hernández Castillo 2001; Méndez Torres 2007; Sánchez Néstor 2012). Elas estiveram envolvidas nas mobilizações do movimento indígena, tanto na defesa dos direitos territoriais quanto na promoção de políticas diferenciadas para áreas como saúde e educação. Em muitos desses eventos, as mulheres foram responsáveis por tarefas logísticas, pelo preparo de alimentos e pelos cuidados com as crianças e com a saúde dos participantes.



Figura 2 - Joênia Wapixana

Fonte: <https://arayara.org/wp-content/uploads/2020/01/img20191203193521472-768x512-1.jpg>

Embora muitas vezes não estivessem fisicamente presentes quando os maridos ocupavam cargos de liderança, elas contribuíam ativamente nos bastidores, auxiliando nas preparações, como observou uma líder da região do rio Negro. Mesmo em situações em que sua presença não se dava nas tomadas de decisões formais, as mulheres viam sua participação como essencial para “somar forças”, e, portanto, não podiam ser vistas como não-políticas. A participação das mulheres em mobilizações, como companheiras dos líderes e diretores das organizações, conforme o que aponta Méndez Torres (2007), ocorre a partir dos papéis femininos tradicionais como mães, filhas e avós, sendo parte fundamental da estrutura de seus povos.

A crescente representação política das mulheres indígenas é visível na nomeação de “cacicas” em várias localidades e em cargos de liderança em organizações indígenas. Essa liderança é frequentemente conquistada no nível local, por meio do envolvimento em atividades comunitárias e grupos de mulheres, o que propicia o reconhecimento das iniciativas femininas e o desenvolvimento de habilidades políticas e de liderança, como constatado por Altamirano Guzmán (2017).

Além disso, a busca por alternativas diante dos desafios enfrentados, tanto no plano individual quanto coletivo, fortalece a rede de apoio entre mulheres que vivenciam situações similares. A prática política, portanto, atua como um agente transformador da consciência, destacando temas complexos dentro dos grupos, como a violência. As ações empreendidas pelas mulheres, ao promoverem mudanças nos espaços comunitários e em níveis mais amplos, contribuem para desfazer os estereótipos a elas atribuídos, além de promover sua valorização como protagonistas essenciais no desenvolvimento de suas comunidades.

Os fatores determinantes nas trajetórias das líderes indígenas no Brasil e seus requisitos para cargos de representação refletem elementos semelhantes aos observados nas experiências de líderes e intelectuais indígenas no Equador. Entre esses fatores, destacam-se a eloquência das líderes, o apoio de familiares como pais e maridos, o pertencimento a famílias com uma tradição política, a participação ativa no movimento indígena e o acesso à educação (Prieto 1998, Prieto *et al.* 2005).

As mulheres de suas famílias também influenciam essas trajetórias, já que o envolvimento nas atividades de líderes, agentes de saúde e educadoras nas comunidades ajuda a fomentar novas perspectivas e as torna modelos a serem seguidos, como apontam as análises de Schild (2016), Arantes (2020) e Silva (2021). A preocupação com questões de gênero surge a partir da participação em grupos de mulheres ou da atuação em papéis como agentes comunitárias, profissionais da saúde ou da educação, o que lhes permite ouvir as narrativas femininas sobre os desafios do cotidiano.

A ascensão das mulheres indígenas a novos papéis de liderança apresenta inúmeros desafios. Além de desempenharem funções como líderes e participantes de organizações, elas continuam sobrecarregadas com a maior parte das responsabilidades domésticas. A ausência dessas mulheres, devido às exigências do trabalho político, pode ser sentida por suas famílias, o que leva muitas a desenvolverem estratégias para lidar com a desconfiança masculina, como convidar os homens para participarem das reuniões. Muitas líderes preferem adotar o diálogo como abordagem, evitando confrontos diretos

com as lideranças masculinas. Assim, ocupar espaços políticos e representar seus povos não é visto como uma disputa com as autoridades masculinas, mas como um meio de fortalecer a luta ao lado dos companheiros homens.

A participação política feminina, no entanto, exige a superação de desafios específicos, como mobilizar mulheres de diferentes contextos socioculturais e regiões remotas, adaptar-se à vida urbana para atuar nas sedes das organizações, dominar os códigos e a linguagem política da sociedade não indígena, lidar com a burocracia institucional e estabelecer parcerias com lideranças indígenas e representantes institucionais.



Figura 3 - Sônia Guajajara e Célia Xacriabá

Fonte: <https://amazoniareal.com.br/congresso-antiambiental-2023/>

Para garantir uma participação mais qualificada, as organizações indígenas estabelecem critérios para a eleição de mulheres a cargos de liderança. Esses critérios incluem a capacidade de conciliar as tarefas domésticas e políticas, a disponibilidade para deslocamentos ou para residir em centros urbanos, fluência na língua portuguesa, e o domínio da legislação indigenista, dos direitos humanos e das políticas voltadas às mulheres. Muitas líderes percorrem trajetórias que incluem mobilidade para os centros urbanos, onde buscam formação e trabalham na defesa de direitos. Algumas optam por adiar a maternidade ou mesmo por não se casar, a fim de se dedicarem integralmente ao trabalho político, como diz Velásquez Cruz (2008), por exemplo, observa que as mulheres indígenas que buscam estudar e ocupar cargos públicos frequentemente estão solteiras, separadas ou sem filhos, adiando esses compromissos pessoais para focar nos estudos e na profissão, o que também é relatado por uma representante indígena no Brasil.

A liderança é, portanto, construída a partir do trabalho cotidiano, da formação em diversas áreas de conhecimento e da atuação responsável e sensível às necessidades coletivas. A escolha de uma representante é resultado de suas habilidades em defender os interesses das mulheres, seu compromisso com as questões comunitárias e com as lutas dos povos indígenas, sua capacidade de articular e aconselhar, bem como seu domínio da política não indígena para promover as demandas femininas e debater políticas em diferentes níveis de representação. O sucesso nas atividades realizadas promove prestígio e reconhecimento por parte da comunidade e das autoridades indígenas. No entanto, ser uma líder não é uma tarefa simples; envolve julgamentos e críticas de familiares, membros da comunidade e outras lideranças, além de sacrifícios pessoais, como o trabalho voluntário, o aumento das responsabilidades e o afastamento da família para desempenhar funções nas organizações.

Nos últimos anos, a ascensão de mulheres indígenas a cargos de liderança é visível, com destaque para as cacicas e mulheres à frente de organizações intercomunitárias. Essa liderança é conquistada no nível local, através do trabalho nas comunidades e na promoção de práticas políticas que respeitem e valorizem as culturas indígenas. O reconhecimento dessas líderes depende da habilidade de negociar com outras lideranças e com a comunidade em geral. A participação política se transforma em uma ferramenta de conscientização coletiva, abordando questões como a violência e os desafios impostos pela sociedade não indígena.

O exemplo das líderes indígenas brasileiras, como Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Joenia Wapichana, representa um marco significativo na trajetória política das mulheres indígenas. Em 2022, quatro mulheres indígenas foram eleitas para a Câmara dos Deputados, um reflexo da crescente representatividade das mulheres indígenas na política nacional. Sônia Guajajara, eleita pelo PSOL de São Paulo com 156.966 votos, é uma das principais vozes na luta pelos direitos indígenas no Brasil. Formada em Letras e Enfermagem, Guajajara é coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e integrante do Conselho da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil. Sua trajetória política inclui também uma candidatura a vice-presidente na chapa de Guilherme Boulos em 2018.

Por outro lado, a professora e ativista indígena Célia Xakriabá, eleita pelo PSOL de Minas Gerais com 101.154 votos, se destaca pela defesa dos territórios indígenas e pelo combate às mudanças climáticas. Célia foi uma das primeiras alunas da turma de Educação Indígena da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2013 e tem se dedicado a temas centrais para as comunidades indígenas, como a preservação ambiental e a justiça social. Silvia Waiãpi e Juliana Cardos.

Além dessas duas líderes, a atual deputada Joenia Wapichana, da Rede-RR, também figura como uma das pioneiras na política nacional, sendo a primeira mulher indígena eleita para a Câmara dos Deputados. Contudo, ela não conseguiu a reeleição em 2022, apesar de sua importância histórica na representação das mulheres indígenas no parlamento.

Essas trajetórias refletem as mudanças nas dinâmicas de poder e nas lideranças políticas indígenas, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da presença das mulheres no cenário político. A liderança feminina indígena, longe de ser uma simples reação ao espaço masculino, tem se constituído como uma forma de fortalecer a luta pela preservação dos direitos indígenas, pela garantia de territórios e pelo enfrentamento de questões de gênero, como violência e desigualdade. Esse processo envolve não apenas a construção de uma liderança política, mas também o desenvolvimento de uma nova consciência sobre as questões de gênero, tanto dentro das comunidades indígenas quanto no cenário político nacional.

No entanto, a ascensão das mulheres indígenas a cargos de liderança e representação enfrenta desafios significativos. Elas continuam a ser responsáveis por grande parte das tarefas domésticas e comunitárias, o que, muitas vezes, aumenta a sobrecarga de trabalho e afeta a dinâmica familiar. Para conciliar as responsabilidades domésticas e políticas, as mulheres desenvolvem estratégias, como a participação conjunta com os homens nas decisões políticas e a mobilização de apoio dentro de suas comunidades. Dessa forma, ser uma líder indígena não significa disputar o poder com as lideranças masculinas, mas fortalecer a luta coletiva, de maneira inclusiva e colaborativa.

Assim, a liderança feminina entre os povos indígenas é marcada pela superação de obstáculos, pela construção de novas formas de organização política e pela afirmação da importância das mulheres no processo de resistência e transformação das suas comunidades. A ascensão de mulheres como Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Joenia Wapichana é um exemplo claro de como a participação política das mulheres indígenas tem sido uma peça fundamental na luta pelos direitos e na busca por mais justiça e equidade para os povos indígenas no Brasil.



Figura 4 - Mulheres Indígenas em Brasília

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/apiboficial/48571203836/>

Os processos de organização das mulheres indígenas na Amazônia Legal e suas atuações como líderes comunitárias refletem a diversidade de trajetórias dessas mulheres e suas maneiras de se posicionar politicamente. Esse dinamismo pode ser observado desde os encontros realizados em Brasília e na capital do Amazonas, na década de 1990, até as articulações regionais e eventos nacionais que se intensificaram a partir dos anos 2000, culminando na mobilização do Acampamento Terra Livre (ATL), que organizou o I Fórum e a I Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, em 2019. Esses primeiros eventos nacionais facilitaram o intercâmbio de experiências entre as mulheres indígenas e trouxeram à tona a questão da representatividade.

Esses encontros abordaram as dificuldades enfrentadas pela representação nacional, especialmente devido às dificuldades de mobilizar mulheres provenientes de contextos tão distintos. Além de exporem os desafios na gestão das associações e na comunicação entre as mulheres, os eventos possibilitaram a troca de experiências sobre as estratégias organizacionais e documentaram as principais lutas e propostas de políticas para as mulheres indígenas.

O I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira estabeleceu objetivos que incluem tanto o fortalecimento das pautas do movimento indígena nas diversas áreas políticas (territorial, ambiental, cultural, saúde, educação) quanto a garantia dos direitos específicos das mulheres. Esses encontros permitiram que as participantes discutissem os efeitos das políticas em seus territórios e na organização indígena, além de propor medidas para combater as violações aos direitos indígenas e aos direitos das mulheres. Durante essas discussões, ficou evidente o desconhecimento dos gestores não indígenas sobre as problemáticas que afetam as mulheres indígenas, revelando a falta de políticas públicas específicas para lidar com essas questões. Por isso, a consulta às mulheres indígenas é considerada essencial para garantir a inclusão de suas demandas nas agendas políticas, já que suas pautas, embora sejam coletivas, também incluem questões específicas.

Embora as condições de vida das mulheres indígenas variem, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de terra e recursos naturais, e ao grau de contato com a sociedade não indígena, a agenda das organizações de mulheres indígenas reflete que, apesar das diversidades étnicas e das diferentes realidades, há desafios comuns. Esses desafios envolvem a qualidade dos serviços essenciais (como saneamento, saúde, educação), as condições de moradia, a infraestrutura para o trabalho e meios de produção que possibilitem a geração de renda, o acesso à soberania alimentar e o enfrentamento da violência. No campo organizacional, as dificuldades incluem a disponibilidade das mulheres para o trabalho, a necessidade de viver em centros urbanos para participar das reuniões, a tarefa de mobilizar mulheres e as negociações com as lideranças masculinas e representantes institucionais para garantir que as demandas das mulheres indígenas sejam inseridas nas diversas agendas políticas.

As pautas específicas das mulheres indígenas estão intimamente relacionadas ao seu papel como mães preocupadas com o futuro das novas gerações e com a preservação e fortalecimento das lutas indígenas. Por isso, defendem os direitos coletivos, além de desafiar as múltiplas responsabilidades que carregam, como líderes, mães e representantes em organizações. A valorização dos saberes e do trabalho das mulheres nas áreas de cultura, gestão dos recursos territoriais (como uso da terra para medicina, alimentação e produção artesanal) e na articulação de ações em diferentes espaços, torna-se fundamental. Assim, as representantes indígenas destacam a importância do compromisso com a agenda do movimento indígena, ao mesmo tempo que ressaltam a necessidade de garantir os direitos das mulheres dentro dessa luta.

A agenda das mulheres organizadas, portanto, abrange uma ampla gama de questões que afetam tanto os territórios indígenas quanto os espaços urbanos. As questões ambientais, territoriais e socioculturais são analisadas à luz dos impactos das políticas sobre os territórios indígenas, que afetam diretamente a saúde, alimentação, educação, produção agrícola, a organização política e as relações sociais, incluindo as entre homens e mulheres. A imposição de modelos extrativistas e de megaprojetos de infraestrutura prejudica a realização das atividades cotidianas e pode gerar conflitos sociais e armados que afetam a harmonia das comunidades. A violência nas fronteiras dos territórios indígenas, especialmente contra mulheres e crianças, é uma questão grave que também é discutida nessas reuniões.

As organizações de mulheres indígenas buscam alternativas para enfrentar essas problemáticas, utilizando dispositivos legais para combater as violações dos direitos indígenas e garantir os direitos territoriais. Suas propostas incluem políticas para assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, o fortalecimento da produção e reprodução, a promoção dos direitos das mulheres, a formação em diversas áreas de conhecimento, o fomento à cultura, o apoio à infraestrutura para o trabalho e à comercialização de produtos (como a produção artesanal e agrícola), além do enfrentamento da violência e do uso abusivo do álcool. A inclusão dos homens e das novas gerações nesses debates é um aspecto importante para a construção de uma sociedade mais igualitária e para a transformação das realidades vividas pelas mulheres indígenas, consolidando, assim, uma agenda de luta articulada e integral para os povos indígena.

A promoção e proteção cultural são elementos fundamentais nas reivindicações das mulheres indígenas, relacionadas tanto à produção agrícola e artesanal quanto à soberania alimentar e ao enfrentamento de questões como a violência e o alcoolismo. As políticas de saúde voltadas para as comunidades indígenas também envolvem a regularização fundiária das terras, o enfrentamento das mudanças climáticas e a implementação de serviços de saúde que considerem os saberes tradicionais das mulheres, sua formação e participação nas equipes de saúde. A violência de gênero e o uso abusivo de álcool são analisados com base nas diferenças entre as formas de vida “tradicional” e as condições contemporâneas, com a urgência de envolver as mulheres no combate à violência e no atendimento especializado nos casos que envolvem a justiça não indígena.

Propostas derivadas de seminários promovidos por órgãos indigenistas no Brasil, entre 2008 e 2010, destacam a resolução de conflitos por meio dos mecanismos de justiça interna das comunidades, e a importância de debater o tema com a participação dos homens e das diferentes gerações. O entendimento é que a harmonia nas relações comunitárias e entre os gêneros só será alcançada com a ação conjunta de toda a comunidade, respeitando os métodos próprios de resolução de conflitos.

Além disso, as mulheres indígenas organizadas também abordam questões sobre representatividade em diferentes espaços e as parcerias com movimentos feministas, órgãos indigenistas, ONGs e organizações internacionais. A participação das mulheres indígenas em todas as instâncias de discussão e implementação de políticas é fundamental, assim como o acesso à informação e o fomento à mobilização de mulheres para compartilhar conhecimentos, debater temas de interesse e elaborar estratégias de ação. O apoio às organizações de mulheres indígenas é solicitado por meio da realização de cursos de capacitação em áreas como qualificação de produtos para o mercado, saúde reprodutiva, violência, direitos e gestão organizacional.

Durante o I Fórum e I Marcha das Mulheres Indígenas, realizados em 2019, foram apresentadas as principais pautas das mulheres indígenas, destacando sua posição contra as violações aos seus corpos, espíritos e territórios. O evento resultou em um documento final que defendia a diversidade e abordava questões prioritárias nos direitos indígenas e das mulheres, como direitos territoriais, saúde, educação, justiça e participação política. Combate ao racismo, machismo e discriminação foi proposto por meio de uma política indigenista que assegurasse os direitos indígenas, promovesse uma legislação específica contra a violência contra as mulheres indígenas, empoderasse as mulheres por meio de sensibilização e capacitação em direitos, valorizasse os saberes indígenas e fortalecesse o movimento indígena. A proposta também incluiu a incorporação de perspectivas de gênero e geracional nas políticas e a formação de alianças com mulheres de diferentes segmentos da sociedade.

A participação das novas gerações na organização política também foi uma demanda compartilhada pelas mulheres indígenas. A formação de novas lideranças é promovida pela colaboração entre mulheres de diversas gerações, incentivando a participação política e a formação de alianças estratégicas. As líderes indígenas têm a responsabilidade de ocupar espaços de discussão política, dialogando com instituições e garantindo que as demandas das mulheres indígenas sejam integradas às agendas políticas. Para isso, é necessário que os agentes institucionais reconheçam a diversidade das mulheres indígenas, respeitem seus saberes e formas de organização, e integrem os enfoques de gênero e étnicos nas políticas públicas, além de promover políticas específicas para as populações indígenas em centros urbanos.

Em resumo, os documentos gerados a partir de eventos e consultas com mulheres indígenas demonstram que as questões de gênero estão intrinsecamente ligadas às áreas de políticas que afetam a qualidade de vida das comunidades indígenas. As propostas das mulheres indígenas para enfrentar a violência, o alcoolismo e outras adversidades destacam a valorização dos saberes tradicionais, a convivência harmoniosa entre os membros da comunidade, o equilíbrio nas relações de gênero e a participação dos homens e das novas gerações nos debates. Assim, as questões de gênero são abordadas como uma prioridade nas propostas das mulheres indígenas, que se veem como um coletivo, delimitando as diferenças em relação à sociedade não indígena, como evidenciado em seus discursos, performances e propostas de políticas específicas.

Feminismo plural e inclusivo

A agenda das mulheres indígenas, ao destacar a interdependência entre os interesses dessas mulheres e os dos povos indígenas, articula uma pauta própria que muitas vezes entra em desacordo com o movimento feminista (Hernández Castillo, 2003, 2017; Lorente, 2005; Prieto et al., 2005). Embora as reivindicações das mulheres indígenas compartilhem algumas semelhanças com as propostas do movimento feminista, elas surgem de visões distintas sobre feminilidade e masculinidade, além de abordagens diferentes em relação a sistemas de saúde, educação e justiça, considerando também os contextos específicos das violências que enfrentam. O Foro Internacional de Mulheres Indígenas (FIMI, 2006), por exemplo, ao tratar da violência contra as mulheres indígenas, sublinha a importância de conectar os direitos dos povos indígenas aos direitos humanos das mulheres, afirmando que os direitos indígenas devem ser vistos como coletivos e centrais tanto aos direitos humanos quanto às estratégias de combate à violência. Isso indica que as concepções individuais dos direitos humanos e a igualdade de gênero, comumente defendidas pelo “feminismo tradicional”, reduzem as mulheres a sujeitos definidos apenas pelo gênero, excluindo outras dimensões de identidade e as formas particulares de violência que elas enfrentam. Essa visão enfatiza a necessidade de um enfoque que considere o contexto das violações desde a colonização, os impactos das economias neoliberais nos territórios e as discriminações vivenciadas pela população indígena nos estados-nações.

As políticas de desenvolvimento do Estado e do modelo neoliberal, ao afetarem os territórios e a organização política indígena, são vistas como violações à autonomia e aos direitos dos povos indígenas. Projetos de desenvolvimento e práticas agrícolas intensivas degradam a terra e contaminam os recursos hídricos, enquanto conflitos armados frequentemente surgem em processos de retomada de terras. Além disso, as discriminações urbanas também refletem impactos específicos nas mulheres indígenas, como quando contingentes militares ou invasores se instalam em regiões de fronteira. Diante disso, as mulheres organizadas ressaltam, simultaneamente, os danos causados pelos projetos de desenvolvimento neoliberal, as violências contra os direitos das mulheres, as noções genéricas dos direitos humanos e a necessidade de uma “igualdade de gênero” que inclua, como questões centrais, os direitos territoriais indígenas.

No Brasil, as lideranças indígenas expressam uma variedade de posicionamentos sobre o feminismo. Embora muitas não se identifiquem com o movimento, algumas mulheres destacam as diferenças entre os objetivos do movimento feminista e suas próprias lutas. Outras, por sua vez, desconhecem os princípios do feminismo, enquanto algumas se autodenominam feministas e utilizam categorias de gênero em seus discursos. No entanto, em todos os casos, não há renúncia ao pertencimento étnico, mas, sim, uma afirmação das lutas do movimento indígena. Pesquisas indicam que o feminismo não serve como uma linguagem universal para expressar os interesses das mulheres indígenas.



Figura 5 - Guerreas Suraras do Tapajós

Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/2020/12/04/empoderamento-femino-conheca-a-luta-cantada-das-guerreas-suraras-do-tapajos>

Lutar pelos direitos das mulheres indígenas não necessariamente implica reivindicar o feminismo como bandeira de luta. Algumas mulheres indígenas buscam novas formas de lutar contra as desigualdades, sem adotar o feminismo como um conceito central (Prieto et al., 2005; Sánchez Néstor, 2005b; Méndez Torres, 2007). A afirmação de um “feminismo indígena” é, segundo Sánchez Néstor (2005b), uma análise externa, já que o feminismo não é considerado um tema relevante dentro das lutas indígenas. Embora algumas mulheres se identifiquem pessoalmente como feministas, no espaço coletivo essas discussões não são predominantes. As dinâmicas específicas das mulheres indígenas devem ser respeitadas, e são elas quem devem definir seus próprios conceitos de feminismo, suas lutas e as alianças com feministas.

As líderes indígenas e os fóruns internacionais destacam um vínculo entre mulheres, mães e natureza, refletindo uma cosmovisão integrada entre ser humano, cosmos e natureza. A defesa da terra, como mãe e território, é vista como a defesa da vida e do respeito aos seres humanos e não humanos, parte fundamental do território. A valorização das mulheres como guardiãs da cultura pode ser usada de forma estratégica, apesar de algumas associações negativas com a ideia de “próximas da natureza”. As mulheres indígenas, ao assumir esse papel, buscam visibilidade para suas responsabilidades e seus papéis na preservação da cultura em diferentes contextos. As demandas de complementaridade entre homens e mulheres, e o conceito de “bem viver” nos territórios indígenas, não se limitam à busca por igualdade de gênero, mas refletem uma visão de relações harmônicas entre os seres humanos e entre estes e a natureza. Por exemplo, o enfrentamento da violência não se baseia em uma luta contra a desigualdade de gênero, mas na busca por complementaridade, que é considerada essencial para a defesa do território. A complementaridade desejada não se restringe a homens e mulheres, mas se estende à relação entre seres humanos e o meio ambiente (Hernández Castillo, 2017, 38-39). Mulheres indígenas, em seminários realizados no Brasil, analisam a violência como um fenômeno externo, mas com sérias repercussões internas, e propõem soluções por meio de mecanismos internos de justiça, com foco na restauração do equilíbrio entre as relações de gênero e entre gerações.

Portanto, as propostas das organizações de mulheres indígenas, ao se oporem ao individualismo e ao modelo de desenvolvimento ocidental, apresentam desafios éticos, políticos e epistemológicos. Um diálogo eficaz com as mulheres indígenas só será possível se as instituições que lidam com questões indígenas e de gênero incluírem a defesa do território em suas agendas e incorporarem a diversidade de contextos em suas ações e políticas. A possibilidade de um feminismo da diversidade, conforme Hernández Castillo (2003), deve ser baseada na historicidade das categorias de gênero e cultura, evitando tanto o feminismo universal quanto o essencialismo cultural. Reconhecer as conexões entre as lutas locais e os processos globais de dominação capitalista possibilita a criação de redes de solidariedade entre mulheres. (Hernández Castillo, 2003).

O ingresso das mulheres indígenas no campo político é uma forma importante de promover seus direitos e incorporar a agenda de gênero nas políticas direcionadas aos povos indígenas. Esse acesso pode ocorrer por meio da participação ativa das mulheres nas questões comunitárias, o que vai além da ocupação de cargos locais, estendendo-se para as organizações indígenas e outras esferas nacionais e internacionais. O papel das mulheres como líderes e representantes em organizações busca assegurar sua presença nas esferas deliberativas e consultivas, tanto em espaços indígenas quanto nas políticas públicas. A atuação nesses contextos permite que se combatam os estereótipos, apresentem propostas contra a discriminação étnica e de gênero e evidenciem as especificidades das violações aos direitos das mulheres indígenas.

A liderança das mulheres indígenas não se limita a um papel passivo de transmissoras de cultura, mas as posiciona como vozes ativas das culturas indígenas. Como afirma Sánchez Néstor (2005a), elas participam do cenário global para fortalecer seu próprio mundo, traduzindo e aplicando conceitos de acordo com a cosmovisão indígena. O exercício da liderança é um processo contínuo de aprendizado e mobilização em que as mulheres indígenas se organizam, buscam formação, fortalecem suas lideranças e estabelecem alianças com diferentes instituições e movimentos feministas (Sánchez Néstor, 2017).

A participação das mulheres em espaços organizativos é descrita por Sánchez Néstor (2012) como um “caminho” construído a partir de conquistas pessoais e coletivas, adquiridas por meio de intercâmbios e experiências diversas. Ao atuar em múltiplos espaços e com interlocutores variados — como outras mulheres indígenas, líderes do movimento indígena e de outros movimentos sociais —, as mulheres indígenas fortalecem suas lutas e trocam estratégias, discutindo problemas comuns e buscando formas de aumentar sua representatividade e legitimidade. Esse processo é desafiador, pois envolve a articulação de mulheres de realidades diversas, mas é fundamental para a luta por direitos e visibilidade nos espaços de justiça e na interlocução com o Estado e organismos internacionais.

As organizações de mulheres indígenas têm como objetivo central promover os direitos das mulheres, fortalecer os direitos dos povos indígenas e estabelecer um diálogo com a sociedade não indígena. A luta por direitos envolve tanto a justiça indígena quanto a efetivação das legislações nacionais e internacionais que garantem direitos indígenas e de gênero. As mulheres indígenas organizadas contribuem para a discussão pública, trazendo à tona a diversidade de contextos em que ocorrem violações a esses direitos, e propondo novas abordagens ao indigenismo e ao movimento feminista. Elas também buscam integrar as questões étnicas com as de gênero, considerando a dimensão geracional e a preocupação com o futuro dos povos indígenas, especialmente nas áreas urbanas, como nas cidades de Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira e Manaus.

As propostas de políticas públicas, quando formuladas em nome do coletivo indígena, envolvem tanto a promoção dos direitos coletivos quanto a luta pela erradicação das discriminações. Essa interligação entre as questões comunitárias e mais amplas reflete a realidade vivida por mulheres e homens em contextos de violações estruturais que impactam diretamente as vidas das mulheres. As violências direcionadas especificamente às mulheres exigem uma atenção particular, pois o desrespeito aos seus direitos está intrinsecamente relacionado à violação das terras e dos territórios indígenas, fundamentais para a manutenção da cultura e da segurança das mulheres. Nesse sentido, a defesa da terra e a crítica aos modelos de desenvolvimento neoliberais são essenciais, pois os impactos desses modelos afetam gravemente a saúde, a alimentação, a educação e o sistema de justiça das comunidades indígenas.

As pautas de direitos territoriais e o enfrentamento das violações são, assim, demandas compartilhadas no campo político, mesmo entre mulheres com diferentes realidades. Apesar de suas diferenças, elas reconhecem os impactos das políticas públicas nos territórios e nas organizações indígenas, o que torna crucial a defesa da autonomia indígena e o questionamento de políticas que ameaçam esse modo de vida. O processo de organização política das mulheres indígenas está em constante evolução, à medida que elas aprimoram suas agendas e discursos, fortalecendo suas alianças e seus movimentos.

Por fim, as mulheres indígenas organizadas defendem a necessidade de políticas específicas para garantir a autonomia e a segurança das mulheres, articulando-se tanto internamente quanto com movimentos externos em prol dos direitos coletivos. A união entre essas mulheres é fundamental para enfrentar os desafios impostos pelo contexto político, pois só por meio da força coletiva e da resistência será possível alcançar seus objetivos de luta. Como ressalta Rivera Zea (2021), a luta das mulheres indígenas visa erradicar todas as formas de violência e desigualdade, buscando o equilíbrio entre homens e mulheres, entre as gerações e entre o ser humano e a natureza. Esse processo de resistência e organização continuará a ser crucial para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas propostas incluídas nas agendas políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada de quatro mulheres indígenas ao Congresso Nacional – Célia Xakriabá (PSOL-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Sílvia Waiãpi (PL-AP) e Sônia Guajajara (PSOL-SP) – marca um momento histórico na política brasileira. Esse avanço simboliza não apenas a amplificação das vozes indígenas nos espaços de poder, mas também uma vitória contra séculos de exclusão e invisibilidade enfrentados por esses povos, especialmente pelas mulheres.

Essas lideranças trazem consigo uma diversidade de trajetórias, perspectivas e demandas, que refletem as múltiplas realidades vividas pelas populações indígenas no Brasil. Célia Xakriabá e Sônia Guajajara representam a luta pela valorização das culturas indígenas e pela defesa dos direitos territoriais e ambientais. Sílvia Waiãpi reforça a importância da representatividade feminina indígena em regiões historicamente marginalizadas, como o Amapá. Já Juliana Cardoso traz para o cenário político a força das periferias urbanas, onde as comunidades indígenas também enfrentam desafios específicos.

A presença dessas parlamentares no Congresso Nacional não apenas amplia a representatividade política, mas também fortalece a luta pela descolonização das estruturas de poder no Brasil. Elas são protagonistas na construção de um espaço político que reconheça e valorize a pluralidade cultural e territorial do país. Além disso, essas mulheres indígenas têm o potencial de influenciar diretamente a formulação de políticas públicas inclusivas e transformadoras, que abordem questões como a demarcação de terras, os direitos sociais das populações indígenas e a preservação do meio ambiente.

No entanto, a trajetória até aqui evidencia que os desafios permanecem. A inserção de mulheres indígenas no Congresso Nacional ocorre em um contexto de enfrentamento a estereótipos, preconceitos e resistências ainda enraizadas nas estruturas de poder. Apesar disso, a conquista dessas quatro cadeiras é um marco de resistência e esperança, demonstrando que as mulheres indígenas estão rompendo barreiras e ocupando espaços estratégicos na política brasileira.

O protagonismo de Célia Xakriabá, Juliana Cardoso, Silvia Waiãpi e Sônia Guajajara no Congresso Nacional inspira novas gerações de mulheres indígenas e reafirma a importância de uma democracia verdadeiramente plural e representativa. Essa conquista histórica não apenas enriquece o debate político, mas também aponta para um futuro mais inclusivo, onde os direitos dos povos originários são respeitados e valorizados. A chegada dessas mulheres é um testemunho do poder transformador da organização comunitária, da resistência e da luta por justiça social.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Luana. 2020. **Mulheres Indígenas do Baixo Tapajós (Pará) em exercício de mediação social**. Tese de Doutorado. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará.

CASTILLO, Rosalva. “**Confrontando la Utopía Desarrollista**: El Buen Vivir y La Comunidad en las luchas de las Mujeres Indígenas”. In: VAREA, S. & ZARAGOCIN, S. (eds.). *Feminismo y Buen Vivir: Utopías Decoloniales*. Ecuador: Pydlos Ediciones - Universidad de Cuenca, 2017, p. 26-43.

CASTILLO, Rosalva. “**Re-pensar el multiculturalismo desde el género**. Las luchas por el reconocimiento cultural y los feminismos de la diversidad”. *Revista de Estudios de Género: La ventana [en línea]*, v. 18, p. 9-39, 2003.

CASTILLO, Rosalva. “**De Feminismos y Poscolonialismos**: Reflexiones desde el Sur del Río Bravo”. In: NAVAZ, L. & CASTILLO, R. A. (eds.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. España: Cátedra, 2008a, p. 68-111.

CASTILLO, Rosalva. **Etnografías e historias de resistencia. Mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2008b.

FIMI (Foro Internacional de Mujeres Indígenas). **Mairin Iwanka Raya: Mujeres Indígenas Confrontan la Violencia**. Informe complementario al Estudio sobre Violencia contra las Mujeres del Secretario General de las Naciones Unidas. New York: FIMI, 2006.

SÁNCHEZ NÉSTOR, Martha. “**Los retos de los liderazgos femeninos en el movimiento indígena de México: la experiencia de la ANIPA**”. In: HERNÁNDEZ, R. A.; CANESSA, A. (eds.). **Complementaridades y exclusiones en Mesoamérica y los Andes**. Lima: Editorial Universitaria Abya-Yala, British Academy, IWGIA, 2012, p. 254-273.

GUZMÁN, Claudia. “**Dueñas del Cerro**: las mujeres Tepehuas de Tlachichilco, Veracruz y su participación social y política”. In: BASSOLS, D. Barrera & TREJO, L. Hernández (eds.). *Mujeres Indígenas: Participación social y política y transformaciones generacionales*. Ciudad de México: GIMTRAP A.C., 2017, p. 237-246.

SÁNCHEZ NÉSTOR, Martha (ed.). **La doble mirada**: voces e historias de mujeres indígenas latinoamericanas. México: Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir AC, Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer/UNIFEM, 2005a.

SÁNCHEZ NÉSTOR, Martha. “**Los Desafíos de la Participación Política de las Mujeres Indígenas**”. In: BASSOLS, D.; TREJO, L. (eds.). *Mujeres Indígenas: Participación social y política y transformaciones generacionales*. Ciudad de México: GIMTRAP A. C., 2017, p. 77-85.

SEGATO, Rita Laura. “**Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas no Brasil**”. *Série Antropologia*, n. 326. Brasília: Universidade de Brasília, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit/GTZ, 2002.

SILVA, Tayse. **Mulheres Indígenas Mendonça**: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2021.

TORRES, Georgina Méndez. “**Nuevos escenarios de participación**: experiencias de mujeres indígenas en México y Colombia”. In: DONATO, L. M. et al. (eds.). *Mujeres Indígenas, Territorialidad y Biodiversidad en el Contexto Latinoamericano*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007, p. 35-46.

ZEА, Tarcila Rivera. 2021. **Indigenous Women: The Strength of Our Communities**/Mujeres Indígenas: la fuerza de nuestras comunidades. “Webinar Cultural Survival”, 31 de março de 2021.